

# Caxias e a Política

*Luiz Carlos Carneiro de Paula\**



## A POLÍTICA E OS POLÍTICOS

A política é, em síntese, o exercício do poder. Desde que os povos se tornaram Nações e as nações se organizaram em Estados, o exercício do poder tem sido delegado, de alguma forma, aos Governos, que o exercem em nome do povo. Nas funções de Governo, os políticos representam a sociedade, com sua intrincada composição, onde interagem os mais diversos interesses, locais, regionais, profissionais, corporativos, setoriais, nacionais, transnacionais, multinacionais, pessoais. E interagem também os interesses político-partidários, já que os Partidos agrupam aqueles que têm pensamento político semelhante e, portanto, têm um projeto de poder para dirigir os destinos do País.

Tais características que envolvem a política e os políticos criam para eles um padrão de comportamento que, devendo conciliar, às vezes na mesma pessoa, interesses conflituosos, dá lugar a uma ética e a uma moral próprias da política e dos políticos. Ética e moral raramente compreendida pelo cidadão comum que, freqüentemente, se

julga traído por aqueles a quem deu seu voto, a quem delegou o exercício do poder.

E têm razão esses cidadãos, quando vêem os interesses nacionais ou os princípios éticos e morais que estão na base de nossa formação como povo e como Nação, serem postergados por interesses menores e comportamentos ilícitos.

## CAXIAS

Luiz nasce em 25 de agosto de 1803, em uma fazenda na Vila de Estrela, ali ao pé da serra, na então província do Rio de Janeiro. Descende de um clã de soldados, os Lima e Silva. Não são soldados comuns. Gerações, uma após outra, dão a Portugal e ao Brasil chefes e lideranças ímpares. Os tempos vividos pelo mundo, por Portugal e pelo Brasil, também não são tempos comuns. O Brasil se fizera senhor de si mesmo já havia meio século. Insurgira-se contra a metrópole e estava prestes a se tornar não apenas Reino Unido a Portugal, mas sede do Reino. Daí à independência seria pouca distância.

Luiz vivencia em sua infância e adolescência de soldado toda uma transição política, o nascimento de uma Nação. Par-

\* Coronel de Engenharia e Estado-Maior.

tipica dele. Ajuda o despertar do Brasil, do seu Brasil. Acompanha as ações de seu pai e de seus tios. Combate com eles. Forja sua vontade e sua coragem de soldado. Modela e fortalece o amor a sua Pátria. Dela é o primeiro porta-bandeira. E, como soldado, participará da consolidação do Império, da manutenção de sua integridade e da pacificação de sua gente.

A vida de caserna, entretanto, não o deixa alheio ao papel político de seu pai, que foi a espada do Primeiro Reinado e Regente na Primeira Regência Trina. Atento, vê as dificuldades do exercício do poder, as dificuldades da política. E como que antecipa as dificuldades, maiores ainda, para que um soldado milite na política.

Toma consciência de que as Forças Armadas, o Exército em particular, são o braço armado da Nação. Chamadas a intervir a fim de solucionar conflitos que a política não pôde resolver, elas devem fazer prevalecer o interesse do País. Internamente, restabelecendo a lei, a ordem e a justiça, e reintegrando, ao todo nacional, os rebeldes de ontem. Externamente, restabelecendo o respeito entre as nações e a cooperação entre elas.

Não lhe faltam as oportunidades para todo esse aprendizado.

Quando, em 18 de julho de 1841, o Governo o promove a General e lhe confere o título de Barão de Caxias, está maduro o chefe militar e o político. À vitória militar sobre os revoltosos em *Caxias*, no Maranhão, correspondera a ação política no restabelecimento da ordem e da justiça naquela província do Império.

Virão São Paulo, Minas e a Farrouilha para consolidar um verdadeiro modelo de como deve se portar um soldado

na política: ser fiel a seus compromissos com a Nação.

Deve colocar no exercício da função pública, no exercício do poder, as virtudes que a profissão lhe ensina a cultivar e que modelam o caráter de um chefe militar. Pode-se sintetizá-las na responsabilidade, na seriedade e na probidade com que deve ser conduzida a coisa pública.

Essa é a ética e a moral do soldado aplicada à política.

No Governo do Rio Grande, Luiz, agora General e já Barão de Caxias, considera importante a sua participação na política. Pertence à geração que vira nascer o Brasil independente e por ele se tornara responsável. Uma geração de homens que sonharam um Brasil grande como era o seu território e como era o seu povo.

Em 1845, postula a eleição para o Senado. Eleito na Província e ratificado pelo Imperador, toma posse em maio de 1846. Pertence ao Partido Conservador, ao qual vai dar sua lealdade e empenho. Naquela casa legislativa vai encontrar seu pai, do mesmo Partido, e também Osório, seu companheiro e amigo, mas do Partido Liberal.

A presença de Caxias no Senado é marcada pela disciplina partidária a que se impõe, e pelo cuidado com coisas do país e da província que o elegera Senador. E, em particular, pelas coisas do Exército. Trabalhador e estudioso, não é homem de arroubos e menos ainda de demagogia.

Caxias, Senador, é um militar na política. Pacientemente, se conduz no exercício da função legislativa segundo a ética e princípios morais que trouxera da caserna, como que a demonstrar, publicamente, que não há incompatibilidade entre o soldado e o cidadão. Pelo contrário,

bom soldado, melhor cidadão. Nem é rígida demais para a política a ética militar. Pelo contrário, bom seria que a ética dos políticos se tornasse um pouco mais estrita e maior fosse a fidelidade deles aos interesses nacionais.

Após a Guerra contra Rosas, na Argentina, Caxias volta à Corte e em junho de 1855, o Senador integra o Gabinete como Ministro da Guerra. Conhecendo bem o Exército, Caxias conduz alterações que havia muito constituíam aspirações da tropa. É dessa época a criação da Repartição do Ajudante Geral, precursora do que hoje é o Estado-Maior do Exército. Em 1856 deve acumular a Pasta da Guerra com a Presidência do Conselho de Ministros. O Gabinete dura até 1857 quando é substituído pelo Ministério do Marquês de Olinda.

Em 1861, em meio a grande efervescência política, o Imperador precisa de alguém com prestígio pessoal suficiente para encabeçar o Governo. Caxias é novamente Presidente do Conselho de Ministros. Conserva para si a Pasta da Guerra. Dessa passagem são providências sobre o serviço militar obrigatório, sobre a reorganização da Justiça Militar e sobre as Colônias Militares nas fronteiras distantes.

Compõe o Gabinete com homens de seu partido. Mas o mundo está em ebulição, o Brasil também, e, nele, os conservadores. É mais fácil administrar as coisas do Exército e as do País do que as questiúnculas entre os políticos... O Partido Liberal volta ao poder em 1862.

O período seguinte guarda para Caxias, já sexagenário, o comando das tropas da Tríplice Aliança contra Lopez no Paraguai. E uma penosa ação política quer em rela-

ção aos aliados, quer em relação ao próprio governo brasileiro, quer em relação aos chefes militares envolvidos nas operações. Não fora seu temperamento e caráter, aliados à competência e firmeza, não teria se consagrado como Estadista e Soldado. E mais uma vez ali estavam, como esteio de sua personalidade, os princípios éticos e morais que cinzelou na caserna.

Deixando o comando das forças aliadas no Paraguai, volta ao Senado, onde não é poupado pela demagogia e pela maledicência da politicalha mesquinha que tanta indignação causa ao homem comum de todos os tempos.

Mas não teria descanso nosso Caxias. Aos 72 anos de idade, já às voltas com a saúde e havendo perdido a esposa um ano antes, o poder político precisa do Soldado. E do Estadista. O Imperador vai se afastar do País. Há questões graves pendentes. Cresce a campanha abolicionista tornando-se uma quase unanimidade nacional. Há descontentamento militar, está acesa a Questão Religiosa. Escreve à filha:

*17 de Julho de 1875.*

*"Minha querida filha.*

*Só hoje.....*

*Estou, minha cara filha, apesar de todos meus protestos em contrário, outra vez Ministro da Guerra e Presidente do Conselho; você deve fazer idéia dos apuros em que me vi para cair nesta asneira e creia que.....ia firme em não aceitar; mas ele (o Imperador) assim que me viu me abraçou e me disse que não me largava sem que lhe dissesse que aceitava o cargo de Ministro e que se me negasse a*

*fazer-lhe esse serviço, que ele chamava os liberais e que havia de dizer a todos que eu era o responsável pelas conseqüências que daí resultassem.....*

*Abaixei a cabeça e disse que fizesse o que quisesse, pois eu tinha consciência que ele se havia de arrepender, porque eu não seria ministro por muito tempo, porque morreria de trabalho e de desgostos; mas a nada atendeu, e disse-me que só fizesse o que pudesse, mas não o abandonasse, porque ele então também nos abandonaria e se ia embora!*

*Que fazer, minha querida Anicota?... senão resignar-me a morrer no meu posto, e de mais, tendo já arriscado tantas vezes a minha vida por ele, que mais uma, na idade em que estou, pouco era.*

*Seu pai que muito a estima*

*Luiz”*

A Questão Religiosa é resolvida com a anistia, tradição do comportamento político brasileiro. As demais questões são tratadas com o rigor e a prudência, marcas da ação política de Caxias. Na Pasta da Guerra, o Exército é beneficiado com várias iniciativas visando seu melhor aparelhamento e desempenho. A regência da Princesa Isabel transcorre sem incidentes, período marcado pelo trabalho no interesse maior do país.

Com o regresso de Pedro II, Caxias julga concluída sua tarefa. Pede demissão. É atendido e informado de que o próximo Gabinete deverá ser formado pelos Liberais, seus adversários políticos. Nada há a discutir. Mais uma vez arriscara a vida pelo Imperador. A ele dera sua lealdade, a obediência de soldado e o seu tino de políti-

co. Nas lições de esgrima, lá atrás, na década de 40, Luiz não ensinara ao jovem monarca as ações usadas agora pelo velho Imperador contra o velho amigo: o golpe escuso e o desprezo aos que têm a coragem para a luta e para a responsabilidade.

A ante-sala da política partidária conseguiu o que nem o combate nem a verdadeira prática política conseguiram no cam-



po aberto do dever: ferir de morte a alma do velho general. Mas nos conchavos políticos não se cultuam os princípios éticos e morais dos soldados e estadistas. Só no campo de batalha ou na responsabilidade solitária do poder eles se manifestam por inteiro, dando estatura de heróis aos verdadeiros chefes, militares ou políticos.

O nosso Luiz se recolhe a Fazenda Santa Mônica, próxima a Vassouras. Lá, morre na tarde de 7 de maio de 1880. Perdera o

Brasil o seu maior Soldado. E um Estadista cuja ação marcara a geografia e a história do continente americano no século XIX.

Alguém já disse que os povos só se lembram de Deus e dos soldados quando já não encontram mais solução para suas querelas. Assim foi com o nosso Luiz, soldado entre os soldados. Chamado nos momentos mais cruciantes para o Brasil de seu tempo, ele sempre respondeu: *presente!* Não faltou com o seu dever uma só vez, e ainda levou a dignidade da ética e da moral para o exercício das funções políticas. Nunca se intimidou, seja diante do inimigo, seja diante dos desafios da gestão da coisa pública.

Devo falar de Caxias como político. Direi apenas que, na política, no exercício

do poder, no cuidado das coisas de seu país, foi sempre, e somente, um Soldado. E isto basta.

*“Um verdadeiro soldado não morre. Some no tempo...” ...e se torna eterno.*

O nosso Luiz, nascido dos Lima e Silva, não morreu. Está presente em cada soldado e em cada cidadão brasileiro, para lembrar a políticos menores de todos os tempos e de todos os rincões do Brasil, que ética e moral na gestão das coisas públicas não são privilégio de alguns, mas dever de todas as pessoas de bem que formam o povo desse país, que formam a Nação brasileira.

Por isso, quase sem saber o porquê, o povo chama de “*Caxias*” a pessoa íntegra e correta. ●

## BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

### Coleção General Benício



### ***História das Lutas com os Holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654***

***Francisco A. de Varnhagen***

O estudo de Varnhagen tem caráter de relato factual, com detalhes dos combates em geral e do regime de coexistência que perdurou, durante a governança de Nassau, entre holandeses e luso-brasileiros. É uma interpretação com base em pesquisas nas várias capitais européias, com notas elucidativas de pé-de-página que serviram a historiadores brasileiros posteriores como: Rocha Pombo, Calógeras e, mais recentemente, Gonçalves de Melo e E. Cabral de Melo.